



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

RAYANE PEREIRA DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AUTISMO E ESCOLA UM DEBATE NECESSÁRIO

**CAJAZEIRAS /PB
2023**

RAYANE PEREIRA DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AUTISMO E ESCOLA UM DEBATE NECESSÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) Campus Cajazeiras-PB, como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas

**CAJAZEIRAS/PB
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

O482e Oliveira, Rayane Pereira de.
Educação inclusiva: autismo e escola um debate necessário / Rayane Pereira de Oliveira. - Cajazeiras, 2023.
47f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2023.

1.Educação inclusiva. 2.Transtorno do Espectro Autista. 3.Escola inclusiva. 4.Autismo. 5.Pesquisa bibliográfica. 6.Autistas - inclusão escolar. I.Dantas, Nozângela Maria Rolim. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 376

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

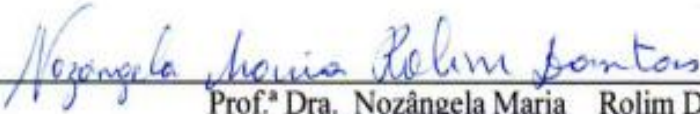
RAYANE PEREIRA DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AUTISMO E ESCOLA UM DEBATE NECESSÁRIO

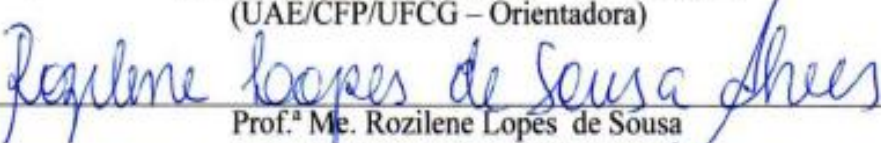
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) Campus Cajazeiras-PB, como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em: 30/07/2023

BANCA EXAMINADORA:



Prof.ª Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas
(UAE/CFP/UFCG – Orientadora)



Prof.ª Me. Rozilene Lopes de Sousa
(UAE/CFP/UFCG – Examinadora 1)



Prof.ª Dra. Maria de Lourdes Campos
(UAE/CFP/UFCG – Examinadora 2)

Prof.ª Dra. Belijane Marques Feitosa
(UAE/CFP/UFCG- Suplente)

Dedico ao meu amor, minha filha Lara Beatriz, peça fundamental dos meus objetivos, e a todas as pessoas com deficiência que sonham e lutam por uma sociedade mais inclusiva.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que me concedeu o dom da vida, e por me ajudar a superar cada obstáculo, sem você nada seria possível.

Aos meus pais, Ilda Pereira de Oliveira e Francisco Pereira de Oliveira, por desde o início da minha trajetória acadêmica estarem ao meu lado, me aconselhando, me motivando e por me ajudarem a concretizar este sonho, vocês são minha base!

A você, minha filha Lara Beatriz, que me motiva, que me alegra, que traz aos meus dias alegria e orgulho, que me faz querer sempre ser uma pessoa melhor. Eu te amo!

Aos meus irmãos, Eduardo e Maria que estão sempre ao meu lado me acolhendo e me motivando a cada dia.

A todos os docentes do curso de Pedagogia, pela partilha de conhecimento, pelas contribuições acadêmicas, que levarei comigo para o meu futuro profissional. Muito obrigada!

Os colegas de turma, por todos os debates construtivos, trocas de conhecimento e experiências vivenciadas juntos.

Em especial agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas, por todas as orientações e partilha e por tudo que representa dentro do Centro de Formação de Professores, e por toda a dedicação com o espaço incluir, um rico espaço de inclusão dentro do CFP-UFCG, que acolhe, inclui, ajuda e protege discente com deficiência.

Por fim, agradeço a mim mesma, que diante de todas as adversidades durante esse percurso acadêmico, nunca desisti, segui sempre firme e dedicada a concretizar esse sonho de ser professora.

Gratidão!

A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha existir.

(Luís Cláudio M. Figueredo)

RESUMO

Este estudo procura fazer sua abordagem no contexto da escola inclusiva com ênfase no Transtorno do Espectro Autista (TEA), averiguando sobre o que ela reflete no processo educacional com os discentes com autismo. Para isto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a importância da educação inclusiva no campo educacional e na preparação da pessoa com deficiência para o desenvolvimento da aprendizagem e da sua socialização. A Educação é um dos direitos da pessoa com deficiência, pois garante a Escola inclusiva e a uma educação de qualidade que tem a perspectiva de apresentar um amplo espaço de acesso a pluralidade de pessoas, conforme regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que determina que as pessoas com necessidades educacionais especiais sejam integradas nas escolas regulares, plenamente como mediadora de oportunidades, respeito, convivência, socialização, formação e educação. No que atribui o percurso metodológico, realizamos a pesquisa que segue uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico do tipo Estado do Conhecimento a partir da proposta de Morosine e Fernandes (2014), que faz uma compilação dos trabalhos científicos na área da temática em estudo. A análise dos dados foi desenvolvida através da análise de conteúdo simples a partir de três dissertações: Bassotto (2018), Oliveira (2019) e Gerbassi (2021). De acordo com os dados analisados, foi possível compreender o quanto as pesquisas estão se expandindo nessa área de educação inclusiva sobre o TEA. É cada vez maior a necessidade de ampliar a visão desse público, pois há um aumento do número de pessoas com deficiência nas escolas e todos têm os mesmos direitos e igualdade de oportunidades.

Palavras-chaves: Educação Inclusão; Transtorno do espectro Autista; Escola.

ABSTRACT

This study seeks to make its approach in the context of inclusive school with emphasis on Autism Spectrum Disorder (ASD), investigating what it reflects on the educational process with students with autism. For this, the general objective of this research is to analyze the importance of inclusive education in the educational field and in preparing people with disabilities for the development of learning and their socialization. Education is one of the rights of people with disabilities, as it guarantees an inclusive school and a quality education that has the perspective of providing a wide range of access to a plurality of people. as regulated by the Law of Guidelines and Bases of National Education (Law nº 9.394/96), which determines that people with special educational needs are integrated into regular schools, fully as a mediator of opportunities, respect, coexistence, socialization, training and education. As regards the methodological course, we carried out the research that follows a qualitative approach of a bibliographic nature of the State of Knowledge type based on the proposal of Morosine and Fernandes (2014), which makes a compilation of scientific works in the area of the subject under study. Data analysis was developed through simple content analysis from three dissertations: Bassotto (2018), Oliveira (2019) and Gerbassi (2021). According to the analyzed data, it was possible to understand how much research is expanding in this area of inclusive education on ASD. There is an increasing need to broaden the vision of this public, as there is an increase in the number of people with disabilities in schools and everyone has the same rights and equal opportunities.

Keywords: Education Inclusion; Autistic Spectrum Disorder; School.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

AEE - Atendimento Educacional Especializado

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CFP - Centro de Formação de Professores

DSM-V -Manual Estatístico de Transtornos Mentais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

ONU -Organização das Nações Unidas

PB - Paraíba

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TEA - Transtorno do Espectro Autista

TA - Tecnologias Assistivas

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos encontrados e selecionados	34
Quadro 2 - definição e características das pessoas com TEA	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA – NÃO NOS DEFINE COMO PESSOA	15
2.1 Breves aspectos históricos	15
2.2 Lapso temporal: um pequeno acervo histórico desde a antiguidade a contemporaneidade	16
3 O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA	19
3.1 Educação tradicional	21
3.2 A Educação inclusiva	21
3.3 Transtorno do Espectro Autista: conceituando	25
3.4 A importância da escola do docente e da família para o desenvolvimento do indivíduo com autista	28
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	32
4.1 Caracterização da pesquisa	32
4.2 Instrumento de coleta de dados	33
5. ANÁLISE DOS DADOS	35
5.1 Educação inclusiva	35
5.2 Transtorno do Espectro Autista- (TEA)	36
5.3 Definição e características do TEA	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44

INTRODUÇÃO

O presente estudo procura abordar o contexto escolar sobre seu papel social, bem como a importância da educação inclusiva para que as pessoas com deficiência, em especial o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), tenha um desenvolvimento escolar com qualidade. A educação inclusiva está cada vez mais presente e se desenvolvendo no âmbito escolar, por isso é parte necessária da educação dos alunos desde a infância e no processo de seu desenvolvimento para a vida em sociedade, pois o movimento pela inclusão no âmbito educacional desconstrói a seletividade que acontece na escola e promove um ensino onde todos possam participar e se desenvolver.

Sendo assim, um tema bastante relevante, nos dias atuais, pois, cada vez mais a inclusão deve estar presente na sociedade, seja dentro da escola ou fora dela, contribuindo assim, com uma sociedade humanizadora, que tenda a não excluir, discriminar ou desfavorecer a pessoa com deficiência da convivência social, desconstruindo paradigmas que alimentam o preconceito contra essa população.

O contexto histórico das pessoas com deficiência passou por significativos avanços, que parte da exclusão total desses sujeitos, e percorrendo um longo caminho da segregação a inclusão, até chegarmos aos dias atuais.

Assim, compreender sobre o papel da educação inclusiva na escola e suas influências é parte fundamental da construção desse estudo. Visando abordar a problemática sobre “qual o papel da escola inclusiva no desenvolvimento das pessoas com deficiência?” A dimensão educativa inclusiva para pessoas com deficiência possibilita abrir caminhos para estímulos positivos que vão contribuir para o desenvolvimento, para a aprendizagem e sua independência enquanto sujeito social.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a importância da educação inclusiva no campo educacional e na preparação da pessoa com deficiência para o desenvolvimento da aprendizagem e da sua socialização. Para a realização desse objetivo se pensou nos seguintes objetivos específicos: refletir a interação entre escola, educação inclusiva e contexto social; discutir os benefícios da educação inclusiva como suporte para uma educação igualitária para todos; compreender a relação entre inclusão e educação sobre sua importância para o aluno com Transtorno do Espectro Autista.

O impulso para a presente pesquisa, aconteceu no quinto período do curso de pedagogia ao participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) por um ano e meio, em uma escola da rede pública de ensino fundamental, a

qual, trabalhávamos as dificuldades específicas de alguns alunos (fora da sala de aula), que demonstravam ter uma maior dificuldade de aprendizagem e de compreensão dos conteúdos. Os alunos eram encaminhados ou orientados a irem para salas de apoio na escola destinadas ao atendimento deles. Nelas eram trabalhados os conteúdos com material mais lúdico e com metodologias mais atrativas e com material concretos. O trabalho era realizado em pequenos grupos e, em alguns casos, o atendimento era individualizado. E foi através desse programa, das metodologias e experiências vivenciadas, que o tema inclusão me provocou vários questionamentos, que me motivou a buscar possíveis respostas.

Para uma melhor organização e compressão na construção desse estudo, dividimos este trabalho em seis seções, a saber:

Na primeira, abordamos o termo para se referir a pessoa com deficiência, e um pequeno acervo histórico que perpassou as pessoas com deficiência, dos tempos antigos a idade contemporânea.

Na segunda trazemos o papel social da escola, apresentamos um pouco sobre a educação tradicional e educação inclusiva e os avanços decorrentes. Ainda nesse mesmo capítulo abrangemos o tema Transtorno do Espectro Autista (TEA), como também a importância da escola do docente e da família para o desenvolvimento do indivíduo com TEA.

Na terceira apresentamos o percurso e os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa entre a caracterização da pesquisa e os instrumentos de coleta de dados. realizamos a pesquisa em uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico do tipo estado do conhecimento.

Na quarta seção realizamos a análise dos dados coletados, sobre o estudo bibliográfico.

Na quinta temos as Considerações finais, que procuram apresentar as conclusões decorrentes da realização do trabalho. E, por fim, temos as referências que apresenta todas as fontes sistematizadas utilizadas ao longo do trabalho.

2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA – NÃO NOS DEFINE COMO PESSOA

Diante de tantos enganos acontecidos com os termos adotados para se referir a pessoa com deficiência, que nesse pequeno espaço procuramos esclarecer que o atual termo é utilizado depois de muito debate e consulta, inclusive em órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no ano de 2006. Nessa Convenção ficou definido o termo pessoa com deficiência. A partir de então, não se usa mais portador ou apenas a palavra deficiente, entre outros termos que podem soar pejorativamente ou que venha a alimentar o preconceito referente a essa população ou aumentar as barreiras atitudinais.

Sendo assim, ressaltamos aqui que o termo pessoa com deficiência que é recorrentemente utilizado nesse estudo, não foi inventada aleatoriamente, mas tem sentido e significado e está expressa nos documentos oficiais,

[...] preferencialmente a expressão pessoas com deficiência, tendo em vista, ser a terminologia adotada pelas legislações específicas e recentes, tais como, a Declaração de Salamanca de 1994 e a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, devidamente ratificada pelo Brasil em 2008. (RIBEIRO 2010 p.59)

Portanto, no decorrer deste estudo, a expressão foi nomeada de acordo com a legislação brasileira que define, nomeia e conceitua o termo.

2.1 breves aspectos históricos

A exclusão é um fato presente na narrativa histórica das pessoas com deficiência, segundo Schmitz (p.30, 2016) “A discriminação contra pessoas com deficiência sempre fez parte da História de todos os povos. Muitos foram os termos utilizados para caracterizar estas pessoas [...]” sendo assim, algo relevantemente antigo, e até socialmente enraizado, por meio de várias objeções que persistem por décadas.

De acordo com Damasceno (2021), as pessoas com deficiência trazem consigo marcas de rejeição, em que durante muito tempo foi tratado com indiferença, marcado por uma realidade entre preconceito, exclusão e desigualdade na conjuntura social.

A discriminação e o preconceito para com essas pessoas eram invasivos ao ponto destes não serem considerados dignos de viver em comunidade ou de simplesmente viver para não reproduzirem ou serem

um peso para comunidade, não sendo vistos como humanos com os mesmos direitos que os outros, mas como aberrações inúteis (DAMASCENO 2021, p. 15).

Conforme expõe o autor, as pessoas com deficiência sofreram excessivamente por um longo período, alvos exclusivamente da discriminação do abandono, e exclusão, sendo tratados como ser humano inaptos ou incapacitados e, portanto, excluídas da vida social, por meio da construção de uma imagem injusta, limitada e preconceituosa.

Historicamente, as pessoas com deficiência foram segregadas, distinguidas e caracterizadas por protótipos que as afetaram no decorrer dos séculos e permaneceram prejudicando-as como um padrão sucessivo por acreditarem que as deficiências são impedimentos para uma vida em sociedade. (DAMASCENO 2021, p. 17).

Arraigados em preconceitos, o espaço social tratou com total indiferença as pessoas com deficiência, que por determinantes períodos e épocas foram tratados de forma desumana, baseado na desigualdade, no abandono dos seus direitos e deveres e na falta de respeito as diferenças com ênfase no preconceito, na exclusão e na ignorância.

O fato das diferenças individuais não serem compreendidas e avaliadas foi determinante para inviabilizar e/ou dificultar a inclusão das pessoas com deficiência, pois, na medida em que as situações desconhecidas causavam temor ou repulsa, a ausência de esclarecimento acerca da condição a que eram submetidos os [pessoas com deficiência] deficientes, corroborava para seu não pertencimento e visibilidade na sociedade. (RIBEIRO 2010 p.59).

No entanto, o desconhecimento da sociedade sobre a pessoa com deficiência foi bastante relevante, causando imensos bloqueios, injustiças e subordinação, portanto, a seguir destacamos alguns pontos para uma melhor compreensão desse contexto em torno da exclusão social frente a pessoa com deficiência.

2.2 Lapso temporal: um pequeno acervo histórico desde a antiguidade a contemporaneidade

Desde tempos antigos, as pessoas com alguma limitação físicas ou mental foram frequentemente excluídas dentro de uma sociedade recheada de preconceito e falta de informação que acometeu na marginalização dessas pessoas, nesse contexto, traremos aqui um recorte histórico que perpassaram as pessoas com deficiência no decorrer dos

anos.

“Na antiguidade predominava o abandono e a eliminação das pessoas com deficiência”. (FUMEGALLI, 2012, p.6), como podemos observar no contexto trazido pelo autor, no passado, na sociedade, houve um período em que as pessoas com deficiência, foram desprezadas, humilhadas e massacradas e as chances de poder sobreviver eram mínimas e precárias.

Na idade média, segundo Fumegalli (2012, p.6), “O deficiente na Idade Média era tido como fruto da ação demoníaca sendo considerado pela igreja como um castigo merecido aos pais.”, portanto, humilhados e maltratados desde o início da vida, eram assim, tratados como algo ruim e não como ser humano, e não tinha direito a vivência no meio social, em que culpabilizavam a pessoa com deficiência como um erro.

Ainda nesse período, sofreu a abominação de seus direitos, a democracia, respeito e livre arbítrio, entre tantos outros fatores que o impediram de viver sua própria vida, suas escolhas e seu desejo de emergir, que segundo Souto (2014, p. 16): “[...] essa época foi caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente: a família, a escola e a sociedade em geral condenavam esse público de uma forma extremamente preconceituosa, de modo a excluí-los do estado social.” Portanto, muitas das vezes, o preconceito começava dentro de casa na própria família, que se envergonhava em ter alguém na família com deficiência, sendo assim, sinônimo de vergonha, tristeza e frustração, tratados como um fardo tanto para família como na escola, nas igrejas e na sociedade em geral.

Segundo Souto (2014) viviam assim, em condições de rejeição e era tratados como um fracasso a suas famílias, a falta de acolhimento era pertinente, eram internados em orfanatos, isolados socialmente, além de que, inúmeros adjetivos preconceituosos e discriminatórios lhe eram empregados, tratando-os como “anormais” e não como seres humanos que tem direito à vida como todos os outros.

Entretanto, a idade contemporânea surge, marcado por grandes transformações sociais, e consequentemente educacionais, em que se deve ao fato de “Já na Idade Contemporânea inicia uma grande preocupação com a educação das pessoas com deficiência e a proliferação dos discursos em prol das diferenças [...]” (FUMEGALLI, 2012, p. 7). Este período é um dos grandes momentos de conquista e avanços, tanto para as pessoas com deficiência, quanto para a escola e a sociedade.

No entanto, mesmo em meio aos avanços que ocorreram, Fumegalli (2012, p. 7) diz que “[...] a segregação fazia parte da realidade dessa época, deixando, até os dias

atuais, efeitos ainda prejudiciais às pessoas com deficiência, às escolas e à sociedade em geral.” No sentido de que ainda estamos dando passos curtos e lentos para alcançar uma sociedade democrática, inclusiva e excluída da desigualdade e do preconceito.

Portanto, sobre esse viés de exclusão e discriminação que a sociedade perpassa, podemos compreender a seguir o papel da escola, a qual Siqueira (2011 p.22)

Logo, destaca-se que a educação é uma forma de concretização da Cidadania, pois estimula o desenvolvimento de indivíduos em formação, oferecendo-lhes os Meios necessários para utilização adequada de seus direitos. E contribui, dessa forma, para a Compreensão do que é ser cidadão e de que seus direitos também geram deveres de acordo com o princípio de igualdade.

Nesse sentido, a partir dessas concepções, a seguir será debatido o papel social da escola.

3 O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

De acordo com Mendonça (2020), a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), compõem-se referencialmente a garantia do direito à educação, para a criação de um Estado Democrático de Direito em face do pleno desenvolvimento do cidadão, em que, a educação aparece como um direito social e que direciona a busca pela educação de qualidade para todos com o objetivo de inserir o indivíduo na prática social e no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a escola se apresenta como uma instância social que objetiva a formação humana para a vida em sociedade, podendo esse processo ser utilizado para a transformação do sistema de desigualdade, que permeia a sociedade.

A educação tem uma dimensão maior do que propriamente ensinar e instruir, o que significa dizer que o processo educacional não se esgota com as etapas previstas na legislação. A Educação, em sentido amplo, representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano [...].” (VIANA, 2009, p. 130).

Sendo essa educação, um direito de todos garantido na Constituição Federal no:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho. (BRASIL, 2016, p. 63). (BRASIL, 1988).

E nessa perspectiva, Santos (2022) destaca os ideais da Constituição Federal em que, a educação escolar, dá direito ao indivíduo a educação integral, e que o Estado tem o dever de considerar a educação como uma função social. A qual,

O ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância [...] (SANTOS, 2022 p.25).

Nessa perspectiva, de responsabilidade social que a escola se enquadra nesse contexto, a qual tem um papel amplo não apenas pela sistematização do conhecimento formal, mas sim em um viés de uma educação para a vida em sociedade, obtendo papel dominante na formação do caráter social, prioritariamente, o de gerir ações por meio de processos educativos que despertem o compromisso social de indivíduos, visando promover mudanças e transformações dos cidadãos, para que possa ser portadores de uma nova visão de mundo (NOBRE; SULZART, 2018).

No entanto, compreendendo um pouco o viés histórico a qual a escola surgiu, não com objetivos voltados a formação do sujeito, mas como um conhecimento necessário para a sobrevivência da espécie humana. De acordo com Guadagnin (2018) nos primeiros povos habitados na terra as pessoas se educavam de acordo com as suas experiências na natureza, ou seja, a educação para sobrevivência. Na antiguidade, surge a escola, com uma educação restrita apenas a classes mais ricas. A qual, de acordo com Mendonça (2020 p.13) “a história da educação passou por um processo de muitas desigualdades. Havia um ensino voltado para um pequeno número de pessoas, com a grande maioria excluída e dominada, sem o mínimo existencial necessário para o pleno desenvolvimento.” Entretanto,

É na sociedade moderna que se forma a ideia de educação para formar cidadãos, escolarização universal, gratuita e leiga, que deve ser estendida a todos; a escola passa a ser a forma predominante da educação. E esse acesso a escola que no passado era privilégio de poucos, donos do poder, hoje é oferecida a todos de forma gratuita e de direito defendido por lei (GUADAGNIN, 2018 p.11).

Portanto, o direito à escola de qualidade passa a ser uma realidade dentro da estrutura da sociedade moderna. E nesse sentido, Santos (2012) destaca que, as políticas públicas contribuíram e propuseram mudanças educacionais, visando garantir o direito à escola para todos por meio de ações no campo da educação, a priorização intimamente relacionada com o desenvolvimento social, político e econômico do contexto de cada época, e procurar adequar o sistema educacional às atuais ou novas estruturas sociais.

E nesse sentido, Saviani (2008) destaca que, tendo em vista a educação escolar, tem como principal função promover a consciência dos sujeitos para compreensão e transformação da sua realidade, assim sendo bastante necessário nesse cenário de sociedade, a qual a exclusão, a divisão de classe são bastante presentes.

Assim, as escolas têm a função social de formar sujeitos para vida em sociedade, com ética e respeito e promover as mudanças necessárias para reorganizar e contribuir com uma estrutura social mais fraterna e menos excludente. Dessa forma, podemos compreender que a educação vai além da sala de aula, que reflita a formação de seres para o exercício da cidadania conforme os ideais impostos na Constituição Federal e a LDB para formar sujeitos críticos, participativos e ativos e conscientes no contexto social emergente.

É nesse contexto, em quem a educação (como direito de todos) vai atuar. A escola deve contribuir com a formação de sujeitos para a vida em sociedade, e no exercício de sua cidadania, promovendo obrigatoriamente um ensino baseado na igualdade e na

inclusão: “Dessa forma um novo conceito ganhou voz: a inclusão escolar e social, esse novo conceito trouxe mudanças importantes para as pessoas com deficiência que outrora eram obrigadas a serem habilitadas para viver em sociedade, agora com a inclusão escolar e social.” (OLIVEIRA, 2021 p.17). Assim, esse ensino baseado na inclusão e igualdade no intuito de dirimir o preconceito e as diversas barreiras que foram se consolidando ao longo do processo histórico, como: o racismo estrutural, a exclusão da pessoa com deficiência dos diversos espaços sociais, culturais e econômicos.

3.1 Educação tradicional

A abordagem didática tradicional assume que a inteligência é uma habilidade que permite ao ser humano armazenar informações como resultados do processo de ensino e aprendizagem. Assim, na escola tradicional, o conhecimento humano tem caráter cumulativo (MIZUKAMI, 1968). Para Paulo Freire a escola não pode ser ‘bancária’ e o aluno também não pode ser um mero receptor de conteúdo sem sentido. Mas, é preciso que essa educação colabore com o despertar das consciências crítica do contexto social, do sistema capitalista em que vivemos, para poder transformar a realidade em que habita. Portanto, para Paulo Freire, a educação não muda o mundo, mas muda as pessoas, que por sua vez, transforma a realidade.

Neste contexto, fora dos padrões de um ensino tradicional, a escola como um amplo papel, não apenas meramente o papel de ensinar a ler e escrever e depositar informações e conteúdo, a qual, segundo Grande (2006, p. 18):

a inclusão aparece como possibilidade de rompermos com os modelos conservadores de escola e nos comprometermos com a construção, mesmo difícil, do redirecionamento dos nossos objetivos, desejos, princípios e de nossas práticas, no sentido de oferecermos um ensino de qualidade para todos, sem exceções.

Portanto, segundo grande (2006), faz-se necessário pensar a escola em uma perspectiva inovadora que atenda a todos de forma inclusiva, com um olhar amplo para todos, desde da ampliação das abordagens pedagógicas, ações, planejamentos educacionais, e em todo o contexto escolar, pensando a escola na sua amplitude.

3.2 A educação inclusiva

Pensar a educação inclusiva, significa pensar a escola em uma perspectiva de instituição social, que agrega ao pluralismo de pessoas, com características diversas dentro de um mesmo espaço, como mediadora de oportunidades, respeito, convivência e

socialização, proporcionando educação para todos. A educação inclusiva, portanto, traz um novo significado para a educação (ASSIS; SILVEIRA; GONÇALVES, 2008).

Entretanto, sabemos que a escola pode ter um papel fundamental na construção de valores que auxiliam os membros da sociedade em geral a pautar sua vida pessoal e coletiva no respeito pelas diferenças, provocadoras de exclusão, criando condições para que na prática cotidiana haja principalmente mais tolerância [...] (FUMEGALLI, 2012, p. 17).

A educação é um direito e deve ser garantido. É necessário compreender que a inclusão no ambiente educacional, não é apenas incluir o aluno com deficiência na escola, em qualquer nível de escolaridade, mas é necessário que a escola esteja apta para atender a todos principalmente a escola com espaço diversificado e inclusivo, já que é assegurado por lei o acesso a todos na escola sem distinção. O processo inclusivo deve estar especificado no currículo da escola, na sua organização, na estrutura da escola e também nas didáticas e metodologias de ensino (SANCHES; ARRUDA, 2014, p.13).

De acordo com Ramos (2019 p.10) “Dados da Organização das Nações Unidas – ONU destacam que aproximadamente 10% da população mundial apresenta algum tipo de deficiência. Para o Brasil a estimativa é de 15 milhões [...]”. Diante desses dados Ramos (2019) afirma que, a escola inclusiva deve ser pensada na perspectiva do desenvolvimento humano integral, incluindo a ética e o respeito à subjetividade de cada aluno.

A educação inclusiva visa proporcionar às pessoas com deficiência as condições propícias à sua inclusão na sociedade, desenvolvendo alternativas e métodos que englobem a todos dentro do âmbito educacional e, deve assumir o compromisso de proporcionar uma assistência adequada para todos com ou sem deficiência (SOUSA, 2015).

Visto que, a educação inclusiva se consolidou mundialmente por meio de movimentos nacionais e internacionais, promovidos por instituições internacionais como a Unesco e as Organizações das Nações Unidas, entre outras. Entre os passos dados por essas organizações internacionais tem-se as Conferências:

Como passo inicial para uma nova visão de educação para pessoas com deficiência, em 1994, foi promovida pelo governo da Espanha em parceria com a UNESCO, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que acabou resultando em um dos documentos mais importantes para a promoção da Educação Inclusiva em todo o mundo, intitulada a “Declaração de Salamanca”, que vai nortear caminhos e atitudes para se desenvolver uma educação de qualidade para todos os indivíduos (SANTOS; SANTOS, 2016, p.5)

Nesse viés, a Declaração de Salamanca foi primordial para o surgimento da educação inclusiva em todo o mundo, pois,

Este documento foi criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender a todas as pessoas de modo igualitário, independente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais. A Declaração destaca a necessidade da inclusão educacional dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais. (SANTOS; SANTOS, 2016, p.6).

Portanto, observa-se que esse documento vai influenciar o processo educacional brasileiro na perspectiva inclusiva e cria novos significados e mudanças no sistema educacional. A chegada da perspectiva inclusiva nas escolas requereu mudanças, não só nas metodologias aplicadas pelos professores, mas também na estrutura física e em todo o sistema, pois a escola deveria oferecer um ensino que propusesse uma aprendizagem que levasse em conta as características e peculiaridade de cada estudante. Além disso, ao trabalhar com a perspectiva inclusiva a escola deve se desvencilhar dos paradigmas excludentes que foram construídos ao longo do tempo, passando a escola a oferecer espaços de um ensino transformador, que vai além do âmbito escolar. (ASSIS; SILVEIRA; GONÇALVES, 2008, p.490)

Assim, para que esse ensino inclusivo se consolide, a escola necessita reavaliar o contexto escolar por inteiro, como por exemplo, a didática de ensino da escola. Verificar se o ensino está acessível a todos e se os métodos educativos da escola estão em consonância com a subjetividade de aprendizagem dos alunos. Pois segundo Fumegalli (2012, p. 25) “A verdadeira transformação da escola acontecerá quando realmente criarmos condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo”, pois o campo escolar além ser um espaço educativo deve também se um espaço acolhedor e inclusivo. A qual,

A escola inclusiva deve ser aquela que implica num sistema educacional que reconhece e atende as diferenças individuais, respeitando as necessidades de todos os alunos. O professor como os demais membros da escola comprometidos com uma educação com qualidade deve estar requalificando sua atuação como facilitador do processo ensino aprendizagem para identificar as necessidades educacionais e apoiar os alunos em suas dificuldades. (SANTOS, 2016p.14)

Nesse contexto, Sacristán (1998) destaca que, o currículo escolar surge como um importante complemento da prática de ensino inclusiva, pois, o currículo forma o centro da prática de ensino, é um guia para atividades educacionais, definições e desenvolvimento de práticas no contexto educacional,

[...] o currículo faz parte, na realidade, de múltiplos tipos de práticas que não podem reduzir-se unicamente à prática pedagógica de ensino; ações que são de ordem política, administrativa, de supervisão, de produção de meios, de criação intelectual, de avaliação, etc., e que, enquanto são subsistemas em parte autônomos e interdependentes, geram forças que incidem na ação pedagógica (SACRISTÁN, 1998, p.22).

As escolas têm liberdade na organização de seu currículo que pode ser elaborado de acordo com a realidade vivência na escola, no entanto, currículo não é uma ferramenta pronta e imutável, mas, pelo contrário, deve ser dinâmico e flexível para se adaptar às necessidades do contexto educacional em que a escola está inserida. “Aliado a isto, a busca de estratégias metodológicas de interação e desenvolvimento de todos os alunos deve ser alvo constante de uma escola”, assim afirma Sousa (2015 p.16).

O professor tem um grande papel, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é necessário que o profissional da docência atenda a algumas competências básicas que são fundamentais para o exercício de sua ação no espaço educacional, seja ao planejar, ou no contato direto em sala de aula. Dentre as competências destacadas na BNCC o professor necessita pesquisar, investigar, refletir, analisar criticamente, o ensino a qual ministra, principalmente dentro do contexto inclusivo. Tais competências de maneira contínua influência no planejamento escolar de forma a implantar práticas para a construção da aprendizagem de forma diversificada, garantindo um ensino de qualidade para todos.

Professores e professoras têm um papel fundamental na construção de escolas para todos. Para realizarem sua função social como educadores(as), devem adquirir habilidades para refletir sobre as práticas de ensino em sala de aula e para trabalhar em colaboração com seus pares a fim de contribuir na construção de abordagens educacionais dinâmicas e inclusivas, a partir das quais os estudantes com necessidades educacionais especiais têm acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem e de participação na vida escolar e na comunidade. (CARVALHO 2015 p.14 e 15).

A formação continuada de professores caracteriza-se como um dos principais componentes da lacuna na qualidade do ensino-aprendizagem relacionada à inclusão. Tais privilégios caracterizam-se como um dos fatores básicos da atuação desses professores no ambiente escolar, que oferece condições de ensino e aprendizagem correspondentes às necessidades e especificidades desses alunos, a concretização da inclusão e da socialização escolar

Essa qualificação se torna importante devido a atuação dos professores no ambiente escolar ser de contato direto com o aluno em meio a diversidade de pessoas

existente em uma sala de aula. A formação continuada proporciona melhores condições de ensino, pois oferece ferramentas para o professor lidar melhor com seu estudante com ou sem deficiência, além de auxiliar no processo de uma aprendizagem mais efetiva e adequada às necessidades e características desses alunos, promovendo assim, a inclusão e socialização escolar.

Portanto, a escola enquanto espaço inclusivo não é importante apenas para educação do sujeito com igualdade, mas sobre uma perspectiva mais ampla, é um espaço bastante acessível para as pessoas com deficiência. Em sentido que, a escola por ser um espaço de ampla socialização e de atividades planejadas, ela oferece estímulos a criatividade e a coordenação motora, ao desenvolvimento da linguagem e da concentração que contribui significativamente no desenvolvimento da pessoa com deficiência, em que, em muitos casos as pessoas com deficiência tem a necessidade de estímulos para o desenvolvimento dessas habilidades como exemplo as pessoas com autismo, assim, a escola contribui significativamente nessa perspectiva.

A escola é um espaço importante e apresenta resultados positivos na vida do estudante com ou sem deficiência, desde que seja bem administrado por todos que dela fazem parte porque é o espaço que deve ser preparado para receber todos os estudantes que dela frequentar. Ao apontar a importância da escola para o aluno autista, Carvalho (2015 p.17) faz a seguinte afirmação: “É considerável o número de alunos autistas nas escolas comuns. Estudos e pesquisas afirmam que a intervenção educacional tem apresentado impactos positivos na aprendizagem, no desenvolvimento e na participação desses alunos.” Portanto, a escola como um espaço inclusivo, contribui positivamente no desenvolvimento das pessoas com deficiência, inclusive muito importante para os alunos com Transtorno do Espectro Autista.

3.3 Transtorno do Espectro Autista: conceituando

O Transtorno de Espectro Autista (TEA), ao longo dos anos, foi confundindo com esquizofrenia e carrega consigo o estigma de ser visto como uma doença incapacitante, logo, a pessoa era vista como ‘doida’ e sua vida era anulada perante a sociedade.

No início do século XX, em 1903, De Sanctis, pesquisador italiano, verificou que entre algumas crianças com deficiência mental havia um grupo distinto com comportamentos excêntricos. Na época, De Sanctis associou esses sintomas com quadros psicóticos, o que o levou a definir estes comportamentos como “demência precoce”. Pouco tempo depois, em 1908, o psiquiatra austríaco Heller (1908) também descreveu quadros de comportamento atípicos em crianças, nomeando estas

condutas como demência precocíssima. Em 1933, o médico americano Howard Potter desenvolveu os primeiros critérios para o diagnóstico do que ele acreditava ser um tipo de esquizofrenia infantil, incluindo nesta classificação retração generalizada de interesses, alheamento ao ambiente, dificuldades de comunicação, a falta de comunicação emocional, entre diversos outros comportamentos [...]. (OLIVEIRA,2019. p.24)

Situando-se dentro do que conceitua o transtorno do espectro autista (TEA), muitos são as interpretações e os estudos que movimentavam relevantes indagações a quais definiam o termo. Diante do embasamento histórico acima, segundo Oliveira (2019), ainda no século XX os conceitos sobre o autismo apresentavam inconsistência sobre sua real definição, sendo assim, algo sem uma definição diante dos comportamentos ou comorbidades atípicas dentro desse espectro. Sendo assim, um tema bastante debatido dentro da medicina, da psicologia e da educação nesse período.

Paul Eugen Bleuler, psiquiatra suíço, a partir de seus estudos sobre esquizofrenia, em 1911 modificou o termo para autismo,

[...] o termo autismo foi, originalmente, utilizado por Eugen Bleuler (1911) para nomear comportamentos desenvolvidos por pacientes com esquizofrenia. Em seus estudos com pessoas em surtos psicóticos, o psiquiatra adotou a palavra para nomear os comportamentos caracterizados pela perda do contato com a realidade, causados pela impossibilidade ou dificuldade de comunicação interpessoal do paciente. (OLIVEIRA,2019. p.25)

Contanto, segundo Moreira (2011) só em 1943, o psiquiatra alemão Leo Kanner definiu o termo autismo a partir de seu artigo escrito em inglês que tinha como tema Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo. Nesse artigo ele descreve os comportamentos de 11 casos estudados por ele, como descreve Oliveira (2019, p.25):

Em 1943, Leo Kanner, psiquiatra austríaco, descreve um grupo de 11 (onze) crianças que apresentavam um quadro clínico comum. Em seus estudos relata como principal sintoma patognomônico, a inabilidade destas crianças em estabelecer relações com outras pessoas desde o início da vida. Os estudos apresentados por Kanner (1943) foram os primeiros trabalhos científicos em que se empregou o termo “autismo” para nomear o comportamento bizarro das crianças

E assim, desde de então, passando a ter essa nomenclatura. Mas, afinal, o que é autismo? “O Autismo é considerado um distúrbio no desenvolvimento humano.” (MOREIRA, 2011 p.32). Ainda conforme o mesmo autor:

[...] por se tratar de uma condição psicológica e mental que se manifestanos primeiros anos de vida e perdura por toda vida se utilizou a palavra Transtorno, Espectro por ser tão complexo e variar em níveis de comprometimento e idade cronológica, por isso pessoas com TEA podem ser semelhantes, mas não há nenhum igual ao outro [...]. (MOREIRA, 2011 p.32)

Conforme Benini e Castanha (2016 p.4): “Atualmente, o Autismo é considerado um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce”. Suas características aparecem dentro dos três primeiros anos de vida acometidos por atrasos no desenvolvimento, e se manifesta de forma diferente em cada sujeito, devido à diversidade de características e comorbidades associadas ao transtorno (MOREIRA 2011).

Dentre as características dos Transtornos do Neurodesenvolvimento estão os déficits que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social e acadêmico, os quais variam desde limitações muito específicas na aprendizagem ou no controle de funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais [...]. (BENINI e CASTANHA, 2016, p.5).

Diversas são as características apresentadas dentro do TEA que tornam cada autista único. Cada sujeito tem suas características individual dentre das diversas características apresentadas no transtorno do espectro autista (SOUSA, 2015).

Imagine que o autismo funcione como um espectro de cores, que iria do branco até o preto, passando por todos os tons de cinza. As variações transitam pela tríade de deficiências nas áreas social, de comunicação e de comportamento, mas nem sempre todas essas dificuldades aparecem juntas no mesmo caso. (SILVA, GAIATO E REVELES, 2012, p.30).

Conforme Silva, Gaiato e Reveles (2012, p.10) “Sabemos que o ser humano é, antes de tudo, um ser social. Busca, desde pequeno, fazer amigos, agregar pessoas a sua volta e dividir momentos e experiências.”, no TEA não acontece da mesma forma, nem no mesmo ritmo, nem com a mesma intensidade.

Portanto, de acordo com Gaiato (2018) Algumas funções básicas para a pessoa com autismo são muito difíceis de lidar, como também as suas limitações. E nesse sentido, a escola é muito importante como ferramenta de estimulação e desenvolvimento para a

pessoa com TEA. Não é só pela oportunidade de aprendizado que o ambiente escolar proporciona, mas também pela interação social em sentido amplo, que pode variar desde a saudação inicial na chegada à escola, passando por brincadeiras durante todo o dia, como também em atividades em grupo que incentiva a socialização a criatividade e troca de experiências, sendo assim, um espaço bastante importante para os autistas.

3.4 A importância da escola do docente e da família para o desenvolvimento do indivíduo com autismo

Sousa (2015) destaca que o autista precisa ser compreendido em sua essência e ser visto como pessoa capaz de desenvolver habilidades mediante estratégias adequadas. O professor precisa ter sensibilidade e acuidade para trabalhar com aluno autista e descobrir suas aptidões e capacidades. No entanto, para que esses alunos recebam a atenção que merecem, é necessário, de fato e de direito, que as escolas adotem uma política educacional que proporcione formação adequada aos professores e um atendimento que garanta o respeito à particularidade do aluno para que construa desenvolvimento positivo e ensino de qualidade para eles.

[...]a Escola não deve considerar o diagnóstico de deficiência do aluno como uma condição de incapacidade para desenvolver sua aprendizagem, mas deve buscar meio e estratégias de como inserir esse aluno em todo o trabalho escolar. Para isto, é preciso acreditar que é possível. É preciso ver o aluno como um ser capaz, apesar de suas limitações. (SOUSA, 2015, p.9).

Nesse sentido, Alves (2020) traz as seguintes questões: como é garantido o ensino aos alunos com autismo? Esta escola tem dispositivos de assistência? Como os professores lidam com essa questão? Como são implementadas as práticas pedagógicas para o ensino-aprendizagem desses alunos?

O papel da escola é de fundamental importância para o desenvolvimento de todos os alunos. Buscar conhecer mais sobre o assunto, ter uma perspectiva inclusiva e preparar o quadro de docentes para trabalhar com alunos autistas é um importante começo. Aliado a isto, a busca de estratégias metodológicas de interação e desenvolvimento de todos os alunos deve ser alvo constante de uma escola inclusiva. (SOUSA, 2015 p.16)

Sobre esse viés, não só a escola tem seu papel. O professor tem um grande papel sobre a concretização do ensino aos alunos com autismo. Pois segundo Sousa (2015) A

ação pedagógica do professor em uma perspectiva inclusiva realizado em sala de aula, promove a progressão e avanços significativos no desenvolvimento do aluno com TEA dentro do contexto escolar e para além dele. Portanto, para isso é necessário envolvê-los em todas as atividades. Vale ressaltar o quanto é importante para o professor detectar as dificuldades de seus alunos principalmente os alunos com autismo, para que nos procedimentos aplicados existam qualidades que promovam a inclusão e o desenvolvimento dos alunos. Nesse sentido, segundo Sousa (2015, p.16)

A busca por meios e estratégias para o trabalho com alunos autistas depende muito do empenho, sensibilidade e disponibilidade do professor em manter-se informado sobre as atualidades na área. O docente ao se planejar deve pesquisar estratégias de ensino que poderá adotar para adaptar o conteúdo, eleger os recursos pedagógicos e a didática a ser utilizada de forma que venha favorecer a aprendizagem de todos os alunos.

Nesse sentido, o professor trabalhar com o lúdico contribui positivamente na aprendizagem e socialização, a qual, “A idéia de unir o lúdico à educação nada mais é do que um veículo que serve de aprendizagem, mas saudável de estar trabalhando o cognitivo da criança autista” (CASTILHO, 2019 p.4). ainda conforme o autor:

Através do lúdico permite que a criança tenha um desenvolvimento crescente e, se divertindo a criança autista consegue se expressar, analisar, criticar e transformar a realidade tudo isso através de jogos e brincadeiras, assim sendo de suma importância a utilização dos jogos e brincadeiras no processo de ensino aprendizagem. (CASTILHO, 2019, p.5)

Castilho (2019) ainda destaca que, os autistas têm grandes dificuldades de relacionamento, se comunica pouco, tem dificuldade de se concentrar nas tarefas, se irrita com muita facilidade. O jogo é um aprendizado, porque brincar cria um espaço para pensar, isso auxilia a criança com TEA a avançar no pensamento, estabelece contato com o ambiente em que está inserida, desenvolve a motricidade, o conhecimento e a criatividade. O lúdico passa a ser uma ferramenta primordial no desenvolvimento dessas habilidades, que se apresentam com bastante dificuldades para os alunos com autismo.

No entanto, não é apenas dos professores que devem vir os esforços para trabalhar com metodologias inclusivas e um ensino de qualidade para todos, pois segundo Sousa (2015 p.25 e 26)

Neste sentido, a inclusão de alunos especiais envolve múltiplas ações que devem ser adotadas não só no espaço escolar, mas exigem políticas amplas que envolvam capacitação, formação continuada de docentes e gestores, recursos para adequação de espaços e adquirir materiais didáticos pedagógicos que contribuam para uma ação docente mais dinâmica e atrativa que culminem no desenvolvimento dos alunos especiais.

A família também tem um grande papel sobre a educação, de acordo com Declaração de Salamanca (1994). Embora as escolas inclusivas proporcionem um ambiente propício à igualdade de oportunidades e à plena participação, o seu sucesso exige um claro esforço, não só dos professores e profissionais da escola, mas também dos pais e famílias.

A Declaração de Salamanca estabelece a necessidade de parceria entre família, professores e profissionais da escola, com a finalidade de maximizar os esforços para a inclusão, da melhor forma possível, dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular. Sem o desenvolvimento dessa relação de "parceria" família/ professores e profissionais da escola, não serão alcançados o nível e a qualidade de envolvimento necessário para assegurar ganhos educacionais possíveis para “todos” os alunos. (SOUZA, 2015 p.24)

Recentemente, a Lei nº 12.764/2012 – Lei Berenice Piana que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, prevê o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino e o atendimento de profissionais capacitados para desenvolver atividades voltadas para a inclusão com a proteção do Estado e da família. Oliveira (2021)

Isso significa que a educação inclusiva e o desenvolvimento do autista no ambiente escolar exige esforços externos, a qual todos empenhados deve participar ativamente do fortalecimento da educação de qualidade.

De acordo com Oliveira (2021), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as Tecnologias Assistivas (TA) contribuem com estímulos positivos para os alunos com TEA e também estão à disposição e uso dos estudantes que possuem outras deficiências:

O AEE tem o objetivo de identificar, organizar e elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade de maneira a eliminar as barreiras para a plena participação da criança e do adolescente com deficiência dentro e fora da escola. O AEE não pode ser confundido com aula de reforço, uma vez que ele é um atendimento que irá complementar e/ou suplementar a formação do estudante com deficiência com vistas à sua autonomia e independência na sociedade. (OLIVEIRA, 2021, p. 24).

As tecnologias assistivas também fazem parte do processo de inclusão, pois as tecnologias assistiva (TA) se destaca como recurso ou serviço direcionado ao desenvolvimento das capacidades das pessoas com deficiência, além de proporcionar autonomia para essas pessoas.

Dessa forma, é importante trazer essas reflexões porque além de garantir direitos relacionados à inclusão das crianças com deficiência, por meio das Leis, é necessário que isso se dê com qualidade. Obviamente, a socialização é fundamental e importante para qualquer criança, mas no que se refere às crianças autistas que possuem essa dificuldade (ALVES,2020, p.17)

Portanto, a escola é primordial para promover a interação social e estímulos positivos para o desenvolvimento do autista. Nesse sentido, o papel da educação é tornar as pessoas com TEA o mais independente possível para que ela possa viver em igualdade de condições com as demais pessoas. O simples fato de ter a oportunidade de interagir com outros alunos proporciona momentos de descoberta e aprendizado. Para isso, as instituições escolares precisam estar preparadas estruturalmente e profissionalmente (SOUSA, 2015).

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, são descritos os recursos que serão utilizados e os procedimentos metodológicos para a condução da pesquisa. A pesquisa, portanto, “[...] significa, de forma bem simples, procurar respostas para indagações propostas. Podemos dizer que, basicamente, pesquisar é buscar conhecimento. Nós pesquisamos a todo momento, em nosso cotidiano, mas, certamente, não o fazemos sempre de modo científico” (PRODANOV E FREITAS, 2013 p.43). Ou seja, a pesquisa como espaço de produção de conhecimento em que o pesquisador é movido pela curiosidade e investigação da realidade em que se encontra. Assim, novas descobertas podem ser proporcionadas por meio da pesquisa, pois ela tem uma sistemática a ser seguida e uma organização interna e externa para provar a sua eficácia.

4.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa tem como foco trabalhos científicos já escritos sobre inclusão e como se configura o processo de inclusão no contexto educacional, com ênfase no transtorno do espectro do autismo (TEA). De acordo como o objetivo desta pesquisa que é o de analisar a importância da educação inclusiva no campo educacional e na preparação da pessoa com deficiência, em seu processo educacional e social.

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa. Essa abordagem consiste em buscar o que realmente interessa, o de estudar o problema de forma de como ele se manifesta no cotidiano do pesquisado. Esse estudo se caracteriza também de natureza bibliográfica do tipo estado do conhecimento, a qual,

No entendimento, estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (MOROSINE e FERNANDES, 2014, p.155).

Assim, a pesquisa se deu com base na análise do estado do conhecimento, para explorar conteúdos de dissertações sobre a educação inclusiva e o transtorno do espectro autista (TEA).

4.2 Instrumento de coleta de dados

Com o interesse de conhecer produções e publicações sobre o tema no que tange a educação inclusiva foi feito um levantamento bibliográfico, no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). De acordo com Amorim (2021) é um repositório gratuito, de confiança e de grande visibilidade, a pesquisa é realizada através de palavras-chaves. Sobre o tema especificadamente, foram encontrados vinte e nove trabalhos.

A coleta de dados foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), sobre as palavras-chaves: “mãe de autista” e a “escola”. Após ter encontrado os vinte e nove trabalhos foi realizado uma análise para verificar os trabalhos que estavam de acordo com os objetivos traçados. Foram excluídos 8 trabalhos que não tinham o acesso liberado sendo necessário o pedido de autorização, muitas vezes sem uma devolutiva por parte do autor, que levou aqueles trabalhos a não serem avaliados. Também foram excluídos 18 trabalhos que não tinham relação com a temática. Do total dos trabalhos achados foram selecionados apenas três.

Segundo Amorim (2021 p.20) “O estado do conhecimento é composto por quatro etapas que deve ser realizado na seguinte ordem: bibliografia anotada, bibliografia sistematizada, bibliografia categorizada e etapa final”. Ou seja, é realizado um mapeamento sobre os trabalhos através das palavras-chaves, conteúdos, e categorias abordadas com as leituras sobre os textos, assim selecionados os trabalhos bibliográficos que se enquadraram melhor para suprir os objetivos da pesquisa. Sendo assim, baseado nos estudos de Morosine e Fernandes (2014) sobre o Estado de Conhecimento a pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas de acordo com a síntese apresentada por Amorim (2021).

Na primeira etapa da coleta dos dados foi feito uma (pesquisa mais geral) com as palavras-chaves descritas acima na BDTD, assim encontrando os vinte e nove trabalhos. Na segunda fase através de uma análise mais criteriosa sobre os trabalhos encontrados (com base no tema e no resumo) dos trabalhos já encontrados na etapa um. Oito foram descartados por não ter tido acesso liberado pelos autores. Logo, restaram 21. Desses foram selecionados seis trabalhos que *a priori* estavam de acordo com a temática. Em seguida dentre os seis trabalhos selecionados na etapa dois, (foi feita a leitura dos trabalhos selecionados) e assim foram selecionados três trabalhos, tendo como critério (melhor caracterizava com o objetivo da pesquisa), e assim para a fase final, restaram três

trabalhos para a análise dos dados, sendo que todos os textos encontrados foram dissertações, que estão apresentados no quadro 1.

Quadro 1 – Trabalhos encontrados e selecionados

AUTOR/ANO	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
Beatriz Catharina Messinger Bassotto - 2018	Escolarização e inclusão: narrativas de mães de filhos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	Universidade de Caxias do Sul.
Sandra Regina de Oliveira - 2019	A inclusão da criança com autismo na Educação Infantil: compreendendo a subjetividade materna.	Universidade de Brasília
Thaís Neves Gerbassi - 2021	Atenção compartilhada nas relações triádicas: um estudo a partir da mãe e seus filhos	Universidade de Brasília

A coleta para análise dos dados constitui-se segmentada por categorias, a qual buscaremos conteúdos específicos com base nos textos selecionados no repositório de Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e assim dividindo sobre tópicos e quadro englobando (contextualização, definições e características).

No entanto, fazer uma análise sobre esse tema é bastante necessário nesse campo que engloba tanto educação inclusiva com o TEA, a qual segundo Amorim (p.17 2021) “A necessidade de se ampliar cada vez mais os estudos nesta temática e abrir espaços de discussões, conhecimentos e possibilidades para se promover uma verdadeira inclusão é de grande relevância para todos [...]”. Visto que são assuntos bastante atuais e necessários nos âmbitos social e escolar.

5. ANÁLISE DOS DADOS

A construção desta análise procedeu de acordo com os dados coletados, divididos por tópicos, porém, sem um padrão único, foi dividido entre citações diretas e indiretas a análise sobre o estado do conhecimento, ou seja, fontes bibliográficas; no terceiro tópico da análise foi utilizado um quadro denominado de Quadro 1- definição e características das pessoas com TEA, com duas colunas: Definição e Características, para uma melhor organizar os conteúdos.

Seguindo esse viés, delineamos nossos levantamentos, questionamentos e pesquisas em termos de fontes bibliográficas, que então nos conduzem à nossa análise e discussão dos dados.

5.1 Educação inclusiva

Para analisarmos a educação inclusiva no contexto escolar é fundamental entendemos sua relevância, a qual, segundo Oliveira (2019 p.14) “A educação inclusiva pode ser compreendida como uma concepção de ensino atual que busca garantir o direito à educação a todos independentemente da deficiência.”. nesse sentido através dos objetivos propostos nessa pesquisa sobre a análise do estado do conhecimento baseado nas técnicas propostas de Morosine e Fernandes (2014).

Segundo Gerbassi (2021 p.20) “nos últimos anos temos observado uma grande urgência em detectar alterações que possam afetar o desenvolvimento infantil, bem como de realizar intervenções cada vez mais precoces em crianças que apresentem sinais de alerta para desenvolvimento atípico.” Aos analisarmos a citação, observa-se que a educação inclusiva nesse contexto, como uma importante ferramenta de estímulos positivos que podem contribuir precocemente no desenvolvimento desses sujeitos.

Dito isso, podemos observar também que a autora afirma que cada vez mais as crianças estão ingressando na escola mais cedo aos três anos de idade, tendo como forte influência os diagnósticos precoces e a escola contribuem para esse processo de intervenção, pois é um dos grandes indicados pelos neuropediatras, psiquiatras a medicina no geral Gerbassi (2021)

Deste modo, constata-se que a escola é um amplo espaço de desenvolvimento e intervenção para os sujeitos desenvolvam suas capacidades, visto que sendo um espaço inclusivo, logo, indicado por profissionais.

Por outro lado, segundo oliveira (2019 p.41)

Nas últimas décadas a inclusão escolar da pessoa com deficiência tem sido tema de muitos estudos e intensos debates nos vários segmentos da sociedade ligados à educação. A implantação de políticas públicas e a implementação de leis que buscam assegurar o direito destas pessoas à inclusão escolar em todos os níveis e modalidades têm dado crescente visibilidade a este grupo.

Percebemos, que a autora busca justificar o crescente debate e visibilidade do campo das escolas inclusivas, no entanto, a garantia dessa educação deve ser alcançada por meio de leis efetivas e políticas públicas como ponto de partida para se efetivar no campo escolar.

Outro aspecto, observa-se através da fala da autora, que o crescente olhar sobre a inclusão, faz com que esse assunto encontre concepções que torna esse tema a pauta de visibilidade para as pessoas com deficiência na sociedade.

Porém, Bassotto (2018 p.43), traz o seguinte questionamento, “Como as escolas podem cumprir a obrigatoriedade da inclusão? Qual a permanência dos alunos nas escolas? O que vem a ser uma educação que se diz inclusiva? Que propostas pedagógicas devem ser aplicadas a cada alunado que tem necessidade de atendimento especial? [...]”. Deste modo, observamos que Bassotto (2018) visa mais o olhar sobre a qualidade desta educação, visto que ela traz questionamento que engloba as propostas pedagógicas e os desafios frente a educação inclusiva.

Constatamos, que as três autoras Bassotto (2018), Oliveira (2019) e Gerbassi (2021) trazem nas suas dissertações questões importantes a serem debatidos no dia a dia, além de observar que o processo inclusivo é amplo e diversificado e cheio de barreiras a serem vencidas, como o preconceito estrutural.

5.2 Transtorno do Espectro Autista - (TEA)

Nesse tópico faremos um recorte nos textos selecionados para a análise através de citações diretas, para o debate e construção do estudo dentro do TEA. Analisaremos, portanto, as contribuições desses estudos para ampliar novas correntes de conhecimento nesse contexto.

As citações abaixo, serão denominadas diante sua sequência em citação 1, citação 2 e citação 3 para um melhor organização e entendimento dos leitões diante o decorrer da

análise desses dados.

Neste primeiro ponto foi realizado os destaques voltados para a evolução do TEA e suas repercussões nos trabalhos dos autores.

Citação 1: Nas últimas décadas, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem recebido destaque na literatura mundial devido ao aumento da sua prevalência global, à sua complexidade e variabilidade de manifestações, às inúmeras lacunas a respeito dessa condição e à dinamicidade de seus critérios diagnósticos e estratégias de tratamento. (GERBASSI, 2021 p.21)

Citação 2: As discussões sobre o fenômeno do autismo têm se expandido para além dos limites de sua problemática de diagnóstico, transcendendo o campo exclusivamente clínico como patologia para avançar no meio social, uma vez que o Transtorno do Espectro do Autismo é permeado de construções discursivas e representações sociais que não se esgotam no diagnóstico, produzindo alterações nos modos como família e sociedade veem e convivem com a pessoa diagnosticada. O fenômeno do autismo ganhou mais visibilidade nas últimas duas décadas, gerando interesse dos mais variados campos de conhecimento, principalmente nas áreas da Psicologia e Educação em função do processo de inclusão escolar da criança com autismo no ensino regular (OLIVEIRA, 2019 p.19)

Citação 3: Com relação aos estudos no Brasil, envolvendo o Transtorno do Espectro Autista (TEA), as produções ao longo dos anos apresentam significativo crescimento, buscando tratar os aspectos comportamentais, os sintomas, as causas, as questões referentes às aprendizagens e à inclusão escolar. Fato verificado pelo número de publicações que envolvem dissertações, teses e artigos nas áreas da saúde e educação nos portais da CAPES e SCIELO. Além das publicações acadêmicas há um grande número em blogs, revistas, livros, sites pessoais e oficiais, das Organizações não governamentais de apoio e das Associações de Pais (BASSOTTO, 2018 p.11)

Deste modo, verificou-se que ao longo dos últimos anos houve um crescente números de estudos relacionados ao TEA, de acordo com o crescente aumento no diagnóstico desse público, em que, segundo Barbosa (2019 p.22)

O número de pessoas diagnosticadas com autismo cresceu significativamente nos últimos anos. De acordo com Organização das Nações Unidas – ONU (2016), “cerca de 1% da população mundial – uma em cada 68 crianças – apresenta algum Transtorno do Espectro Autista, e a ocorrência da condição neurológica tem aumentando”.

Entretanto, podemos observar também de acordo com as citações acima que houve um significativo aumento de estudo sobre o transtorno do espectro autista, mas de

forma ampla não só sobre a prevalência do aumento do diagnóstico, mas com um olhar sobre fatores educacionais, sociais e clínicos que engloba o TEA, como também cabe observar que as três citações trazem em comum acordo a questão do aumento sobre os estudos do transtorno do espectro autista em pesquisas científicas, diante de uma estrutura crescente do números de pessoas diagnosticadas com TEA, e assim ganhando uma maior visibilidade no campo da pesquisa.

É curioso também observar, sobre um olhar a qual difere os pensamentos dos autores, pois Gerbassi (2021) direciona o olhar dos avanços da pesquisa sobre o autismo o crescente números de diagnósticos na população e na sua complexidade. Oliveira (2019), além da preocupação com os diagnósticos demonstra a importância dos avanços nas pesquisas do TEA, da importância da educação inclusiva e meio social que as crianças com autismo estão inseridas. Bassotto (2018), direciona seu foco de estudo para as causas e sintomas do TEA e para os problemas de aprendizagem das crianças com TEA.

Assim, contou-se nas citações acima que os autores trazem em comum acordo os crescentes estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), mas em contraponto em problemáticas, conteúdos diferentes.

Nesse contexto, observamos o quanto amplo é o tema e o quanto é ampla as compressões sobre o autismo, pois são várias as questões que se enquadram dentro do TEA devido a sua complexidade e maneira de se apresentar em cada pessoa, abrindo diversas portas para pesquisas e estudos sobre o assunto.

5.3 Definição e características do TEA

Esse tópico se remete a análise dos conceitos e as características do TEA dentro dos textos selecionados e buscamos compreender o que os diferentes autores entendem sobre o transtorno.

Assim, elaboramos o seguinte quadro:

Quadro 2- definição e características das pessoas com TEA

DEFINIÇÃO	CARACTERÍSTICAS
“Refere-se a um grupo de transtornos caracterizados por um espectro compartilhado de prejuízos qualitativos na interação social/comunicação, associados a comportamentos repetitivos e interesses restritos pronunciados, havendo uma variável heterogeneidade na apresentação fenotípica do Transtorno do Espectro do Autismo, definindo o modo que o autismo é classificado nos graus leve, moderado e severo” (OLIVEIRA, 2019 p.24)	De acordo com, Oliveira (2019) - Prejuízo na fala e na interação social; - Estereotipias (movimentos repetitivos); - Interesses restritos; - Subdivisão de níveis/graus - Inquietação.
“[...] o TEA é especificado de acordo com o comprometimento global sendo subdividido em níveis que variam de acordo com a necessidade de apoio, os quais devem ser associados à: presença ou ausência de comprometimento intelectual e linguagem; alguma condição médica ou genética conhecida ou a fator ambiental; outra desordem do desenvolvimento, mental ou comportamental; e presença ou ausência de catatonia. Ainda quanto aos níveis de gravidade, é proposto que o TEA seja subdividido em três níveis: o nível 1 que abarca quadros leves que necessitam de apoio nas áreas de comunicação social e comportamentos restritos e repetitivos, o nível 2 que diz respeito aos casos moderados que exigem “apoio substancial” nas referidas áreas, e o nível 3 que contempla quadros severos de autismo que precisam de “apoio muito substancial” nas áreas sociocomunicativas e comportamentais. (GERBASSI, 2021 p.36)	De acordo com, Gerbassi (2021) - Atrasos de fala (comprometimento na linguagem); - Comprometimento intelectual; - Atrasos no desenvolvimento (comprometimento global do desenvolvimento); -Estereotipias (movimentos repetitivos); -Dificuldades na aprendizagem e socialização; - Falta da Atenção compartilhada. - Subdivisão de níveis que variam conforme a necessidade do apoio.

Ao analisarmos as citações sobre TEA, podemos identificar nos autores pontos significantes de consonâncias nas suas definições, pois observa-se que ambos têm por base o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que é uma padronização das características dos critérios de diagnóstico para as desordens mentais. As características vão depender do tipo do DSM, pois dependendo do DSM

o autismo é dividido por nível e graus de suporte, como adotou Oliveira (2019), que distinguem em graus entre leve, moderado e severo (DSM-IV), enquanto Gerbassi (2021) em níveis 1, nível 2 e nível 3 (DSM-V), em que,

[...] o DSM-V organiza da seguinte forma: nível 3 (severo), “exigindo apoio muito substancial” – dificuldade grave no desenvolvimento da comunicação verbal e não verbal, respondendo minimamente a estímulos sociais de parte de outros sujeitos com extrema inflexibilidade ao comportamento e com grandes dificuldades lidar com mudanças. Nível 2 (moderado), “exigindo apoio substancial” – constitui-se de modo semelhante ao nível apresentado anteriormente, porém reagem de modo menos intenso e há dificuldade em estabelecer comunicação e mudança de foco ou das ações. Nível 1 (leve), “exigindo apoio” – a ausência de apoio dificultará o desenvolvimento de interações sociais, conseguirá falar frase completas, mas apresentará dificuldades na conversação, também tendo dificuldades em fazer amizade, e a organização e o planejamento dificultam a independência. (BARBOSA 2019, p.20).

Assim, observamos que o autismo também foi classificado por estágios, como afirma Gaiato (2018). onde cada autismo corresponde a um nível de suporte diante suas necessidades, limitações e comorbidades.

Conforme Sousa (2015), apesar de ter os manuais que procuram padronizar o TEA para a realização do diagnóstico, existem autores que, devido a sua complexidade, o autismo vai variar as características de pessoa para pessoa, daí a questão por ter em sua denominação o nome “espectro”.

E seguindo a sequência de análise que os autores acima definiram e descreveram para o autismo, Bassotto (2018) não gera nenhuma ideia sobre a definição de autismo, a ideia que ele traz sobre o tema é,

Felizmente, aos poucos, as pessoas com alguma deficiência, antes segregadas ao ambiente doméstico e hospitalar, ascenderam para a sociedade. Dentro deste contexto, estão as pessoas com autismo, atualmente nomeado como Transtorno do Espectro Autista (TEA). O TEA abrange o Autismo infantil, que até pouco tempo, não mais do que 30 anos, era considerado uma condição muito rara, não somente pela falta de diagnóstico claro, mas também pelo seu aspecto de incerteza decorrente dos vários comportamentos e sintomas. (BASSOTTO, 2018 p.10/11).

Observamos que Bassoto (2018), traz conteúdos distinto dos que Gerbassi (2021) e Oliveira (2019) sobre o tema, a qual, se baseia na evolução que perpassou ao longo do tempo. Ele traz o assunto de forma mais abrangente sobre as pessoas com deficiência e não algo diretamente ligado apenas ao TEA. Para Bassoto (2018) hoje

existe uma maior visibilidade das pessoas com deficiência frente a segregação que já enfrentaram e que atualmente conseguiu seu espaço na sociedade, que antes os segregava. Além disso, o autor também observa que o autismo teve uma melhor compressão nos últimos anos, já que explana que a três décadas não se tinha algo concreto sobre o tema, e a falta de diagnóstico.

Portanto, podemos observar que Tanto Gerbassi (2021) como Oliveira (2019), trazem questões que se assemelham no TEA, enquanto Basssoto (2018) traz sobre esse tema algo mais geral e abrangente, observado que ele diz que a hoje existe uma maior visibilidade das pessoas com deficiência frente a segregação que já enfrentaram. E com relação ao TEA, observa-se que ele destaca que o autismo teve uma melhor compressão nos últimos anos, já que explana que a três décadas não se tinha algo concreto sobre o tema, e a questão da falta de diagnóstico, devido os estudos serem confusos e complexos, principalmente na área de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o conceito de inclusão nas escolas seja bastante comum, o processo de sua efetiva consolidação para uma educação de qualidade para todos é extenso. Por exigir a estruturação ou reestruturação de todo o corpo escolar, não é uma tarefa fácil, porém, a inclusão no campo da educação, além da necessidade de acolher a todos com acesso, respeito e plenitude, é também um dos primeiros passos na escola para desconstruir as exclusões e preconceitos existentes em nossa sociedade.

Os objetivos do estudo foram alcançados, visto que foi possível analisar a importância da educação inclusiva no campo educacional e na preparação da pessoa com deficiência para o desenvolvimento da aprendizagem e da sua socialização. Como também refletir a interação entre escola, educação inclusiva e contexto social e discutir os benefícios da educação inclusiva como suporte para uma educação igualitária para todos, como também, compreender a relação entre inclusão educação sobre sua importância para o aluno com transtorno do espectro autista.

Nesse sentido, observou-se que o crescente olhar sobre a inclusão, torna esse tema pauta de visibilidade para as pessoas com deficiência na sociedade. Deste modo, verificou-se também que ao longo dos últimos anos houve um crescente número de estudos relacionados ao TEA, além de um crescente aumento no diagnóstico desse público.

Assim, conclui-se, que esse estudo contribui para refletir sobre a importância da escola enquanto instância de formação humana. A educação escolar tem, entre os seus vários objetivos, o de contribuir para formação de cidadão mais consciente que possa transformar o atual modelo de sociedade. A escola enquanto espaço educativo tem que ter a responsabilidade objetiva de promover a educação inclusiva em seus espaços, oferecendo sempre a melhoria na qualidade da educação, tendo como marco referencial a igualdade de ensino, como horizonte de oportunidades, respeito, coletividade, igualdade.

Ao promover a Educação Inclusiva a escola promove a desconstrução de preconceitos enraizados por décadas na sociedade e que perpassa gerações ao longo da história da humanidade. A escola ao desconstruir paradigmas antigos desde da infância, promove mudanças na sociedade e, conseqüentemente, nas políticas públicas sociais,

econômicas, culturais e educacionais, promovendo assim, uma educação humanizadora e dentro dos princípios dos Direitos Humanos.

Diante de tais considerações, recomenda-se para trabalhos futuros um maior aprofundamento sobre o tema, pois, a inclusão no âmbito educacional, além de necessária para acolher a todos, com acessibilidade, respeito, e de forma plena, é na escola que acontece os primeiros passos para desconstruir a exclusão e os preconceitos existentes na nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laucideia Rodrigues. **Os desafios do autismo frente à educação e as novas descobertas de mundo**, Instituto federal goiano, Ipameri, Goiás, 2020.

ALVES, Doralice Leite Ribeiro; SILVA, Edna Alves Pereira da **O papel das políticas públicas na promoção de uma educação básica de qualidade**. Bahia-UESB, seminário gepraxis, 2017.<http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7252/7035>

AMORIM, Marília Rafaela Oliveira Requião Melo. **Tecnologias assistivas para a permanência de estudantes com deficiência visual em tempos de pandemia: relatos de experiência de estudantes universitários**. 146 Folhas. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Católica de Brasília. 2021.

ARAUJO, Gilda Cardoso de. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil**: “O problema maior é o de estudar”. Editora UFPR, Curitiba, Brasil, p. 279-292, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bC4kV7mHZJJpvJS7bnzQQ7x/?format=pdf&lang=pt>, acesso em: 18 ago.2021

ASSIS, Renata M. de; SILVEIRA, Sirlane V. S.; GONÇALVES, Vivianne O. **Inclusão escolar e educação infantil**: a realidade jataiense. Interação, Revista da Faculdade de Educação, UFG, Goiânia, v. 33, n. 2, jul./dez.2008.

BARBOSA, João Paulo da Silva. **Entre a compreensão e a ação**: representações sociais de professoras sobre educandos com autismo na educação básica. - Cajazeiras, 2019. 64f

BASSOTTO, Beatriz Catharina Messinger. **Escolarização e inclusão**: narrativas de mães de filhos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). – 2018. 128 f.

BENINI, W.; CASTANHA, A. P. A inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista na escola comum: desafios e possibilidades. In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Governo do Estado do Paraná, Secretaria da Educação, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unioeste_wivianebenini.pdf acesso em: 10 de junho de 2023.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 20 de março de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília : Senado Federal, 2016

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília : Senado Federal, 2017.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial [da] República Federativa**

do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. **Educação Especial: Inclusão que gera a exclusão**. Rev. Saberes e Educação. São roque. Vol.5.2014. Disponível em: http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Patricia.pdf, acesso em: maio.2021.

CAMURÇA, Tatiana Apolinária. **política nacional de educação inclusiva na perspectiva da lei de proteção aos direitos da pessoa com autismo: A realidade de uma unidade escolar de fortaleza**.2017.148f. dissertação (Mestrado acadêmico ou Profissional em 20170 Universidade Estadual do Ceará disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=87753>> acesso em:25 de abril de 2023.

CARVALHO, Rosita EDLER. Educação Inclusiva: do que estamos falando? Revista CASTILHO, Gracieli Schroeder. **A importancia do lúdico no desenvolvimento de crianças autistas inclusas na educação infantil**, VI congresso nacional de educação,2019. 11 p.

DAMASCENO, Álex de Sousa Ramos. Desafios na atuação da psicologia na atenção básica à saúde,Universidade Federal do Goiás, Goiânia,2021. 58 p.

DSM 5- **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. American Psychiatric Association. 2014. Disponível:<http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnosico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf> acesso em:01 de junho de 2023

Educação Especial, núm. 26, 2005, pp. 1-7 Universidade Federal de Santa Maria Santa FIGUEIREDO, L. C. **Matrizes do Pensamento Psicológico**. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREIRE, Paulo.**Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rev. e atual: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila, **Inclusão Escolar: o desafio de uma educação para todos?** Lato Senu, Ijuí, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: [https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamono%20grafia.pdf?sequence=1#:~:text=Segundo%20Mantoan%20\(2003\)%20%E2%80%9CInclus%C3%A3o,todas%20as%20pessoas%2C%20sem%20exce%C3%A7%C3%A3o](https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamono%20grafia.pdf?sequence=1#:~:text=Segundo%20Mantoan%20(2003)%20%E2%80%9CInclus%C3%A3o,todas%20as%20pessoas%2C%20sem%20exce%C3%A7%C3%A3o) acesso em: maio,2021.

GADOTTI, Moacir. **O projeto político-pedagógico na escola: na perspectiva de uma educação para a cidadania**. Brasília, 1994.

GAIATO, Mayra. S.O.S **Autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista**. 1ª ed. São Paulo: nVersos, 2018.

GERBASSI, Neves Thais. **Atenção compartilhada nas relações triádicas: um estudo a partir da mãe e seus filhos**, Universidade de Brasília, Brasília,2021.

GRANDE, Rosilene Munhoz Casa, **inclusão: privilégios de conviver com as diferenças**, Campinas,SP: [s.n] ,2006. Disponível em:<http://cutter.unicamp.br/document/?view=20829> acesso em: maio.2021.

GUARDAHNIN, Sonia Mara Sides. **O ensino de sociologia e sua importância para a educação na construção da sociedade**, Centro Universitário internacional Uninter,2018.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** — São Paulo; Moderna, 2003. Disponível em:

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf> acesso em: 28 mar. 2021.

Maria, Brasil disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127396003> acesso fevereiro de 2023.

MENDONÇA, Cleonice oliveira trindade de. **A efetivação do direito à educação básica à luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. Gama-DF, 2020 47p.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA, LMA. **Desenvolvimento e crescimento humano**: da concepção à puberdade. In: Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual [online]. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 113-123. Bahia de todos collection. ISBN 978-85-232-1157-8. Available from SciELO Books<<http://books.scielo.org>>.

MOREIRA, Raquel da Conceição Pereira. **Representações dos docentes do 1º ciclo do ensino básico face a crianças com síndrome de asperger**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Escola Superior de Educação Almeida Garrett, p. 129. 2011.

MOROSINI, M. C., & FERNANDES, C. M. B. (2014). **Estado do Conhecimento**: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito, 5(2), 154–164.

NOBRE, F. E.; SULZART, S. O papel social da escola. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 03, v. 03, n. 8, 2018.
NOBRE, Francisco Edileudo; SULZART, Silvano. **O papel social da escola**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 08, Vol. 03, pp. 103-115, Agosto de 2018.

OLIVEIRA, Marielle Graciano de Oliveira. **Educação inclusiva**: a importância e os desafios da inclusão da criança e do adolescente com deficiência no ensino regular – 2021.

OLIVEIRA, Sandra Regina de A **Inclusão da Criança Com Autismo na Educação Infantil - Compreendendo a Subjetividade Materna** Brasília, 2019. 206 p.

OLIVEIRA, Marielle Graciano de. **Educação Inclusiva**: a importância e os desafios da inclusão da criança e do adolescente com deficiência no ensino regular. Centro Universitario do Planalto Central Aparecido dos Santos, Gama, DF, 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano FREITAS Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Sarah Pinto. **Educação inclusiva**: desafios e possibilidades na prática docente. 2019 48 f.: il.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Currículo, uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto

Alegre: Artmed, 1998.

SANCHES, Patrícia Aparecida Squarça; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. Educação Especial: inclusão que gera a exclusão. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, 2014 disponível em:http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Patricia.pdf acesso em;05 de abril 2023

SANTOS, Magda. **A abordagem das políticas públicas educacionais para além da relação estado e sociedade**. anpedsul. rio grande do sul. 16 p. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2046/147> . Acesso em: 20 ago. 2021.

SANTOS, Pedro Henrique dos. **Educação e Sociedade**: reflexões e perspectivas sobre o sentido da escola, Universidade Católica do Goiás, Goiania,2022.

SANTOS, R. A. **Busca de uma participação social para além da avaliação de impactos da ciência-tecnologia na sociedade**: sinalizações de práticas educativas CTS. 2016. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SANTOS, T.C.C.; MARTINS, L.A. R. **Práticas de Professores Frente ao Aluno com Deficiência Intelectual em Classe Regular**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.21, n.3, p.395-408, 2015

SANTOS,Alex Reis dos; SANTOS Roberta Gabriele de Menezes Santos. **Educação inclusiva e a declaração de Salamanca**. Faculdade são Luiz de França. Aracaju.2016 11. p.

Saviani D. **Escola e democracia**. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados; 2008.

SCHMITZ, Elieser Xisto da Silva. **Sala de aula invertida**: uma abordagem para combinar metodologias ativas e engajar alunos no processo de ensino-aprendizagem, Santa Maria- RS.2016 185.p.

SILVA. Ana Beatriz Barbosa; GAIATO. Maiara Bonifacio; REVELES. Leandro

SIQUEIRA, Mônica Frigini, **Educação física, autismo e inclusão**: ressignificando a prática pedagógica /– 2011. 129 f. : il.

SOUSA, Maria Josiane Sousa de. **Professor e o autismo**: desafios de uma inclusão com qualidade, Universidade de Brasília-UNB, Brasília,2015.

SOUTO, Maricélia tomáz, **educação inclusiva no Brasil contexto histórico e contemporaneidade**, Campina Grande, 2014. Disponível em:<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5051/1/PDF%20-%20Maric%C3%A9lia%20Tom%C3%A1z%20de%20Souto.pdf> acesso em: 17 mai.,2021

Tadeu. **Mundo Singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. **Educação inclusiva e Língua Brasileira de sinais**. Londrina:Unopar,2014, 208 p.

VIANNA, C. E. S. **Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira.** Janus, Lorena, ano 3, nº 4, 2º semestre de 2009.